

ARQUITETURA E ÉTICA “OUTRA” COMO SENTIDO DA OBRA DE EDGAR GRAEFF

Wilton de Araujo Medeiros¹

Resumo

A obra escrita de Edgar Graff foi iniciada quando ainda era estudante de arquitetura e urbanismo. Logo após tornar-se professor os seus escritos começam a ganhar corpo e densidade teórica como resposta às indagações dos estudantes sobre o formalismo que imperava na arquitetura Brasileira. A partir disso centraliza a sistematização teórica da arquitetura na questão da forma. Porém, de modo original é crítica ao “formalismo” na medida em que vai dizer que em arquitetura, forma deve ser a forma da morada humana. Desse modo, podemos considerar sua obra como uma ética “outra”.

Palavras-chave: arquitetura, ética, Edgar Graeff.

Abstract

Edgar Graff's written work began when he was still a student of architecture and urbanism. Soon after becoming a teacher his writings began to gain body and theoretical density in response to the students' inquiries about the formalism that prevailed in Brazilian architecture. From this it centralizes the theoretical systematization of architecture in the question of form, but, in an original way, it is critical to formalism in that it will say that in architecture, form must be the form of the human dwelling. In this way, we can consider his work as an “other” ethic, the ethics of responsibility.

Keywords: architecture, ethic, Edgar Graeff

Introdução

Em uma entrevista que deu à Revista Projeto em 2006, Alberto Xavier² diz que estudou na Universidade do Rio Grande do Sul num período em que existiam apenas sete universidades no país: duas em São Paulo e uma em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Naquele período, vivia-se a euforia da aceitação do modernismo, pelas camadas dominantes, para além do neoclássico e do colonial. E Luís Saia dizia, em 1954³, que naquele clima, o assunto da existência ou não de uma arquitetura contemporânea brasileira, do pondo de vista formal, não era mais passível de discussões.

É interessante pontuar estes dois personagens da historiografia da arquitetura brasileira neste trabalho, porque eles indicam dois sentidos de investigação arquitetural. E é interessante ressaltar, com isso, como diz TRINDADE (2012; 2014), que a historiografia da arquitetura que se seguiu à de Luís Saia não operou, nos últimos quarenta e poucos anos, com aparato crítico e conceitual pertinente, em suas abordagens. Ou seja, o formalismo foi prevalente em relação à dimensão macrossocial, à organização social.

O estudo seminal de Medrano e Recamán (2013) sobre a obra de Vilanova Artigas, não deixa dúvidas de que prevaleceu a simplificação a fragilização inerente ao formalismo na historiografia da arquitetura brasileira: simplificação correspondente à simplificação de sua inserção na sociedade brasileira, e fragilidade de seu lugar crítico na sociedade brasileira (Págs. 130; 132). Já o sentido da obra de Edgar Graeff é todo construído pela crítica social e pela inserção da parte (arquitetura) no todo (cidade).

De modo original e crítico ao “formalismo” – na medida em que vai dizer que em arquitetura, forma deve ser a forma da morada humana – a obra que Edgar Graeff desenvolveu por cerca de quarenta anos tem forte similaridade social e crítica á de seu contemporâneo Luiz Saia. Por isso que há mais de seis décadas Saia (1954/2003: 228) denunciava a proliferação das escolas de arquitetura, já que isso não acrescentaria em nada a aplicação ou construção do conhecimento na área.

Em Relatório a UIA, a FAU/USP dizia que o ensino de arquitetura no Brasil era extremamente fragmentário, sem as características aglutinadoras da Universidade (ABEA, 1978: 41). E, ainda hoje, autores questionam se a investigação sobre a arquitetura brasileira já nascera engessada pelo DNA de Lucio Costa (ver GUERRA, 2010: 21).

Para Saia (1954), a falta de competência para uma investigação arquitetural mais profícua, revelou-se como “falta de juízo”. Como uma espécie de testemunha ocular do fracasso geral do Congresso Brasileiro de Arquitetos ocorrido em São Paulo, em janeiro de 1954, organizado pelo IAB, Saia se reporta a tal contexto de desdém ao conhecimento da área arquitetural como “leviandade que fez espantar até os estudantes”.

² Um trecho da introdução desta entrevista diz o seguinte: “Aos 26 anos de idade, ainda na faculdade de arquitetura, Alberto Xavier realizou uma proeza: organizou uma publicação, que nasceu clássica, com textos de Lucio Costa - e sem a permissão do arquiteto carioca [Lucio Costa: sobre arquitetura]. Depois disso, Xavier teve uma vida profissional rica: trabalhou na Universidade de Brasília e na FAU/USP, entre outras faculdades, organizou mais um livro clássico (Depoimentos de uma geração, recentemente reeditado pela Cosacnaify), além de quatro volumes sobre a arquitetura moderna de algumas capitais brasileiras (São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro).” Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/entrevista/alberto-xavier-01-12-2006>>.

³ Para a *Folha da manhã* em São Paulo, no artigo *A fase heroica da arquitetura contemporânea brasileira*. Este texto consta na coletânea organizada por Alberto Xavier (2003: 227-230).

¹ Professor Pós-Doutor efetivo na Universidade Estadual de Goiás (UEG) - curso de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: wilton_68@hotmail.com

Artigas (1974) dá um testemunho favorável ao IAB, que, desde o primeiro Congresso organizado em 1944, sempre se dedicou a incentivar a construção do conhecimento da área arquitetural, separada das escolas de engenharia. Todavia, é importante o relato de Saia sobre o espanto dos estudantes. Porque, a meu ver, os estudantes representariam a parte pela qual o formalismo nutria profundo desinteresse: a abordagem social e crítica.

Ao passo que a abordagem social e crítica está profundamente enraizada na obra de Graeff. Mas, para além disso, ela é fruto de uma dialógica com os estudantes. Assim, construindo sentidos sociais e críticos, mas também sendo construída pela crítica à sociedade, o sentido maior da obra de Graeff extrapola oposições essencialistas versus formalistas. Constitui-se como contribuição ética ao “outro”. Como resposta aos estudantes. Na medida em que lhes comunica pela investigação arquitetural, sobre suas inquietações sociais.

O “outro” é o sentido da obra de Graeff

Afirmar que a obra de Edgar Graeff, para além do crítico e social, se constitui pelo sentido ético, é tão somente encontrar sentidos para o delineamento do surgimento e fomento de seus escritos. Delinear a quem se destina. Perceber que o fundamento da sua interlocução sendo o estudante, estaria dialogando com o maior representante sobre a quem destina o seu pensamento crítico: à sociedade.

Isso é importante, para entendermos que o sentido de sua obra como conhecimento arquitetural é, sobretudo, dar pertinência ao “outro”. Entendermos que a sua origem, o seu fim e o seu conteúdo não são partes dissociadas. Não se trata estritamente de delinear para qual cabedal ou escaninho acadêmico a obra de Graeff iria agregar conhecimento. Mas, de simplesmente mostrar que o conhecimento arquitetural ao qual Graeff se debruçou foi o conhecimento para o “outro”. Indistinto ao conhecimento do “outro”. O conteúdo da arquitetura, afinal.

Por isso que, ao procurar sistematizar a arquitetura como “morada humana” inclui na construção do conhecimento arquitetural as questões que o formalismo exclui. Sendo os estudantes um desses excluídos. E, por extensão, o conteúdo o excluído do formalismo. É importante pontuar também, que essa ideia de exclusão do conteúdo pelo formalismo perpassando a obra de Graeff, nos remete à ideia de “crítica da violência ética” desenvolvida por Butler (2017). Daí a obra de Graeff possuir atributo ético, e, por ser assim, um “relatar-se a si mesmo” (Idem).

Postula-se, portanto, no presente texto, que, compreender o seu sentido, é uma forma de iniciação à obra de Edgar Graeff. Identificando este “outro” como propulsor inicial, observamos que os seus primeiros textos foram publicados por seus alunos. Os quais organizaram um Grupo de Estudos, e, com o apoio da direção do curso de Arquitetura da URGs publicaram inúmeros textos. Como por exemplo, *sobre a questão da arquitetura moderna brasileira* (Figura 1a).

É importante frisar que, tais textos eram posteriormente publicados por Graeff em edições de abrangiam o país como um todo. Como por exemplo, a *Revista Brasiliense* (Figura 1b). Então, essas publicações que tinham como propulsão inicial as respostas às indagações que os estudantes buscavam nos Grupos de Estudos, posteriormente ressoavam na sociedade de modo mais abrangente. Varias desses textos foram compilados em formato de livros e publicados durante toda a carreira de Graeff.



Podemos destacar a publicação do livro *Uma sistemática para o estudo da teoria da arquitetura* (Figura 1c), ocorrida em 1959. Consideraremos a publicação deste livro como o ápice deste período marcado pela discussão sobre teoria da arquitetura com os estudantes da URGs. Porque nesta obra Graeff desenvolveu a sua tese sobre o papel da forma, sistematizando-a nos estudos teóricos da arquitetura. Esta tese, foi defendida no concurso para a cátedra de Teoria da Arquitetura, cadeira nº 8 da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul.

Contextualizando as questões pontuadas acima através de Saia (1954), era o último ano de uma década em que o problema do formalismo na arquitetura brasileira não dava trégua. Podemos considerar, que, ao seu modo dialógico e a partir dos estudantes, Graeff, em alguma medida, distensionava os ambientes de formação e ensino. E, desde 1957 acrescentou-se a isto um fato novo, o concurso e a construção de Brasília. Como disse Xavier na entrevista:

Sua geração foi muito marcada pela criação de Brasília, não?

Sim. Eu entrei na faculdade em 1957, quando se julgou o concurso, e saí em 1961, um ano depois da inauguração. Nos primeiros dias de aula, em março de 1957, estava colado nas paredes um recorte de jornal com o resultado do concurso de Brasília e aquilo teve um impacto enorme. Em 1959, nós visitamos a cidade. Isso era estimulante, acho que até mesmo aumentava o interesse de alguns em prestar vestibular para arquitetura.

Como chegavam as notícias de Brasília?

Primeiro, havia a discussão entre os professores - não muito entre os alunos, que viam aquilo de forma aventureira. Graeff escreveu, na época, um texto importante.

É importantíssimo salientar que Xavier participava dos Grupos de Estudos. E, que ele próprio foi Organizador de uma das principais obras por eles produzidas, a compilação dos escritos de Lucio Costa. Observe-se no que disse acima Xavier, como Graeff aparece mediando corpo docente e discente. A respeito da principal questão da arquitetura brasileira na segunda metade dos anos de 1950: o concurso e construção de Brasília.

E essa mediação dialógica resultou no texto Brasília, dois caminhos para a arquitetura contemporânea – publicado pela Revista Brasiliense em 1957 e republicado posteriormente em compilações nos anos de 1961 e 1979. Sobre este texto, Graeff disse o seguinte:

Figuras 1a, 1b e 1c - Publicação do Grupo de Estudos de alunos da URGs, 1954; Revista Brasiliense, 1957; Livro Uma sistemática para a arquitetura, 1959. Fonte: Acervo do autor.

Quando se tornou público o resultado do concurso nacional para obtenção do “Plano Piloto” para a nova capital do Brasil, os estudantes da Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul me pediram que comentasse o assunto. Da palestra então proferida resultou o ensaio crítico publicado em 1957 na Revista Brasileira, de São Paulo. (GRAEFF, 1979: 21).

Basicamente o referido ensaio crítico mostra que havia naquele momento duas concepções lutando “pelo privilégio de constituírem as bases ideológicas da Arquitetura Contemporânea” (Idem). Fartamente ilustrado com os projetos que concorreram ao concurso para o Plano Piloto, Graeff mostra que um projeto pode ser meramente formalista, ou conter em si mesmo, ao mesmo tempo, forma e conteúdo.

Este “conteúdo” seria a sociedade. Assim como este texto, toda a obra de Graeff é permeada por esta crítica social. Mostrando que o formalismo é destituído de conteúdo por excluir o “conteúdo humano”, reafirma que o sentido da arquitetura é a “morada humana”. Em outro desdobramento, em sua última obra – publicada postumamente – Graeff associa este formalismo ao esvaziamento da arquitetura como valor de mercadoria. (GRAEFF, 1995: 89; 120).

Portanto, o sentido do “outro” perpassa por toda a sua obra. Essa espécie de substrato dialógico ressoou não somente nas obras teóricas que produzira nos anos de 1950 – que foram todas elas respostas a interpelações feitas pelos estudantes. Tudo o que produziu até a sua morte em 1990 foi muito menos marcado pela transmissão do que ele chamou acima de “ideologia” formalista, e muito mais permeado pela interpelação de uma “ideologia” do conteúdo.

Assim, podemos admitir que, delineada pela interpelação do outro, a escrita de Graeff possui um sentido ético. Em sua discussão sobre a violência ética Butler (2017) vai mostrar que por vezes a ética surge de interpelações não desejadas. No caso aqui em questão, das interpelações não desejadas do formalismo arquitetônico brasileiro, nos anos de 1950, surge o sentido ético da obra de Graeff.

Lembrete de uma vulnerabilidade “comum” – O fundamento “outro”

Para Butler (2017), a ética como originária de uma crítica, é a responsabilidade que assume uma ação no contexto de um mundo onde as consequências importam. Ora, nesse contexto a que remetem Xavier e Saia, os sujeitos à interpelação não desejada do formalismo eram os estudantes. E as consequências que importavam, para Graeff, eram de que modo a arquitetura poderia ser compreendida, formulando uma resposta sistemática para o conhecimento da teoria da arquitetura.

Butler se baseia no pensamento de Lévinas. Para quem interpelar é separar o que seja pretensão de responsabilidade e a possibilidade de ação. Sendo que a responsabilidade não é uma questão de cultivar uma vontade ou pretensão. Mas usar uma suscetibilidade não desejada como recurso para tornar-se capaz de responder ao Outro. Qual seja o delineamento ético da obra de Graeff, tal como postula Lévinas, não é fruto de um voluntarismo, mas de uma contingência involuntária.

Aqui Lévinas nos esclarece que, as exposições teóricas de Graeff podem formular uma origem ética porque havia possibilidade de ação sua como expositor e debatedor entre os estudantes. Não se tratava, portanto, de mera pretensão de responsabilidade, mas, especula Butler, na busca do sentido da verdade como busca do “si mesmo”, ocorre uma espécie de ir contra a própria vontade, que aumenta o senso de responsabilidade.

“Uma exigência ética infinita”. (Butler, 2017: 113 - 129):

O que poderia significar criar uma ética partindo da região do não desejado? Significaria que não forçáramos essa exposição primária ao outro, que não tentamos transformar o não desejado em desejado, mas sim tornar o próprio caráter da exposição como signo, como lembrete, de uma vulnerabilidade comum. (Idem: 130).

Há, portanto, vulnerabilidade no interpelado. Pelo exposto, ao constituir o senso de responsabilidade, interpelado e interpelador se tornam indistintos. Poderíamos então falar em empatia, onde um se reconhece no outro. E quem é o vulnerável no escopo da arquitetura senão o estudante? E quem seria o interpelador, senão o mestre?

Para Butler, contudo, há uma ética não dialógica, qual seja a “ética da convicção”. Diferentemente da responsabilidade que acolhe o outro, na convicção o interpelado é acusador de uma ética totalmente individualista, narcisista. Por isso citamos inicialmente Medrano e Recamán (2013). Eles afirmam que a fase heroica da arquitetura brasileira deixou a marca do individualismo volumétrico prevalecendo sobre o espaço coletivo.

Em uma carta enviada de Brasília a Lucio Costa no dia 04 de outubro de 1988, Edgar Graeff fez um “relato de si”, incluindo-se dentre esses sujeitos à interpelação não desejada: “O senhor não há de lembrar, mas nós o publicamos – o Marcos Jaimovich e eu – naquela nossa revistinha briguenta, a Anteprojetos, em 1945”. Como mostra o inteiro teor da carta⁴, aquelas “brigas” o interpelavam como um instrumento da primeira formação de si mesmo. Eram “brigas” de quem se sentia perseguido, desde então, pelo ideário do mestre.

O interessante em se fazer esta colocação de Graeff a Costa como um “relato de si”, é que assim, estabelece-se a relação de um sujeito que se forma como interpelação do outro, embora este outro seja um mestre – e não como sedução do mestre. Aí neste caso, observa-se a exposição de uma vulnerabilidade. Isto a que “nos devolve não aos nossos atos e escolhas, mas a uma região da existência que é radicalmente não desejada, a invasão primária e inaugural do outro em relação a mim” (BUTLER, 2017; 113).

Embora tenha dedicado toda a sua vida sistematizando o “imbróglio” do formalismo brasileiro que se agudizou nos anos de 1950. Ou, ressoando as suas interpelações sobre o que é arquitetura para o outro, podemos pensar que, no fundo aquele estudante interpelado pelo “Dr. Lucio” na primeira formação de si mesmo seria o próprio Graeff. E assim se fez professor propriamente pelo outro – o estudante.

É compreensível, portanto, que Graeff tenha sido um dos maiores denunciadores da frágil formação em arquitetura e da ausência da crítica, como atesta a sua vasta obra em que aborda a o ensino de arquitetura e a construção do conhecimento arquitetural. Uma leitura sobre essa temática em sua obra irá mostrar que Graeff foi um grande crítico do ensino de arquitetura. Inicialmente, do ensino herdado pela ENBA e FNA e depois o imposto pela ditadura dos militares.

Em Foucault, Butler observa que a ética só pode ser entendida em termos de um processo de crítica: “a ética, poderíamos dizer, dá origem à crítica, ou melhor, não

⁴ Disponível Instituto Antônio Carlos Jobim - Acervos Lucio VI/Correspondência VI.A/Lucio Costa VI.A.02/ Para Lucio Costa – <<http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/753/V1%20A%2002-00485%20L.jpg?sequence=3>>. Acesso em 11/10/2017.

procede sem ela” (Idem: 141). Esse seria o dilema central da crítica da arquitetura, ou de sua falta. Qual seja a nulidade da comunicabilidade com o outro – onde se tem “regimes de inteligibilidade que desordenam a ontologia, e mais especificamente, a ontologia do sujeito” (idem). Talvez isso explique, pelo viés da crítica, parte do fracasso geral ocorrido no CBA (1954) antes mencionado.

Em outro trabalho ponderamos, que, institucionalmente, o ensino de arquitetura claudicou entre o prestígio e a mediocridade como “fantasmas”. (MEDEIROS, 2017). Constituidores de ambientes de inteligibilidade e ordem ontológica ante o caos das espectralidades e fantasmagorias. A crítica de Graeff ao ensino, seria sobre o autodidatismo atrofiando a epistemologia de horizonte crítico.

Tal autodidatismo é que seria o *leit motiv* da “luta” entre formação e profissão. Lida como violência ética nessa “luta” o sujeito em formação é consequência da complexa situação moral do que se sofre (BUTLER, 2017: 132). Como resposta a tais interpelações, a obra de Graeff adquire contornos de um “tornar-se humano” – de um afeiçoar-se ao injuriado. Não por acaso, uma obra muito representativa disto, recebe o título de *Arquitetura e o homem*.



Figura 2 - Obra de Edgar Graeff, publicada no ano de 1959 pela Escola de Arquitetura da UMG (atual UFMG). Fonte: Acervo do autor

Como se vê na figura 2 a seguir,

Dentre os vários textos compilados nesta obra, Para Graeff (1959), os objetivos mais importantes da formação teórica do arquiteto estão implícitos em sua tarefa central, que é a edificação de ambientes para a existência humana. Com isso, ao seu modo, Graeff promovia um ensino em que expunha meios à percepção das condições humanas.

Após os anos de 1960, em sua trajetória profissional observaremos outra contingência histórica. Qual seja o advento da ditadura dos militares. O que tornaria ainda mais consistente, porém mais densa uma leitura sobre a obra de Graeff – a partir do que seja violência ética em Butler (2017). Desse período em diante, as crenças nas instituições ganharão grande impulso.

Crenças institucionais

Já é tempo de acabar-se com a Praga dos professores porventura eruditos mas desconhecedores das exigências reais da profissão, e que levam o ano a se derramarem em considerações de ordem geral ou desenvolvendo pormenores esdrúxulos, para depois se excusarem, por falta de tempo, de abordarem a matéria que importa e os alunos anseiam por conhecer.
(Lucio Costa)

É preciso perceber, como diz Mary Douglas (2007), que “quando tudo está institucionalizado, nenhuma história ou nenhum outro dispositivo de acumulação são necessários: ‘a instituição diz tudo’” (pág. 58). Como se sabe boa parte dos cursos de arquitetura no Brasil atualmente se encontra “integrada” a instituições universitárias. A proliferação dos cursos de arquitetura também remete à proliferação das instituições públicas e privadas.

É importante definir este quadro conceitual sobre o poder das instituições, porque decorridos os anos de 1960 e 1970 em diante, todo esse quadro acima exposto ampliara e se multiplicara. Porém, ficara sob as instituições. Ou seja, essencialmente, todas essas questões acima pontuadas institucionalizadas, de uma maneira que as instituições passaram a “dizer tudo”. Assim, em 1973, por exemplo, foi fundada a Associação Brasileira das Escolas de Arquitetura (ABEA) e a Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU):

O crescimento acelerado do número de escolas - já atingindo a cifra de 26 – bem como a necessidade de aperfeiçoamento dos atuais modelos de ensino, levaram o IAB a propor ao Ministério da Educação e Cultura, a criação de um órgão capaz de enfrentar este problema. Constituída por representantes de cinco escolas de arquitetura, um representante do Instituto de Arquitetos do Brasil e um representante do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo SERFHAU –, essa comissão, com seus trabalhos já iniciados. (Trecho do texto de apresentação da Portaria nº 699/73 do MEC in PEREIRA, 2005: 79).

A esta altura, a proliferação das escolas de arquitetura, a ponto de justificar o surgimento da ABEA e da CEAU, não só replicava o problema do formalismo irrefletido, como ameaçaria o “prestígio” profissional com aniquilamento: “a massificação da Universidade, o baixo nível do ensino, a irrisória produção científica, qualificam então, como agora, a veemência de nossa denúncia, relativa à proliferação das escolas de arquitetura e ao aniquilamento do prestígio profissional” (PEREIRA, 1984: 122).

Nesse contexto de proliferação institucional, Graeff também vai fazer propostas para a arquitetura e o seu ensino, no nível organizacional. A questão que permanece, é se, nesse contexto ampliou-se ou reduziram-se as possibilidades de identificação das características da teoria da arquitetura brasileira ou a ausência dela. Superou-se a abordagem do ensino de arquitetura e atuação profissionais como pares opostos que resultavam na prevalência do formalismo, ou agudizou-se?

Sobre essa discussão institucional Pereira (1984) se baseia em Florestam Fernandes (1975) para dizer que o saber autodidático do mestre em função da sua obra vai perpetuar no ensino de arquitetura métodos extremamente empíricos na elaboração e “transmissão” de conhecimentos. As estruturas tradicionais foram fortalecidas nessa inércia cultural. Sendo que as escolas superiores, agregando-se entre si, passaram a ser chamadas – impropriamente – de *Universidade*.

Então, a proposta de Pereira, similar a de Graeff, passa a ser a superação do problema do anticientificismo. Nesse caso, estando a universidade situada institucionalmente no âmbito mais amplo da ciência, a pesquisa passaria a assumir um papel estratégico na construção do conhecimento arquitetura. Nesse contexto, Graeff também passou a assumir a crença institucional na ciência e organização da Universidade.

Por outro lado, essa crença institucional em nada alterou o ressoar das interpelações pela crítica social. Cujo representante, no âmbito da formação arquitetural, continua

a ser o aluno: o “outro”, anteriormente referido, como fundante de uma dialógica e delineamento ético. Pensar e propor a arquitetura no escopo geral da Universidade, e esta, no âmbito mais amplo da ciência, romperia com o círculo vicioso e o modelo atomizante de ensino magistral e dogmático?

Assim sendo, dispondo de infraestrutura similar aos outros ramos da ciência, quais partilha do “tripé” ensino/pesquisa/extensão, desapareceria a tradição do gênio ou iluminado aprendiz de um mestre igualmente genial e iluminado? Uma especulação que podemos fazer é se, esta formação “integrada” à Universidade estaria simplesmente se adaptando ao “espírito do tempo”. E aí nesse caso, ao invés de romper com os círculos fantasmáticos, os consolidaria ainda mais.

Porém, sobrevivendo a essa compulsão fantasmática á repetição, a obra de Graeff tanto consolida a sua sistemática para o conhecimento da forma no escopo geral da teoria da arquitetura. É desse período a publicação da obra *Edifício*, Volume 7 dos Cadernos Brasileiros de Arquitetura – Editora Projeto – 1979. Nesta obra, Graeff dá continuidade e densidade sobre o conceito de arquitetura como “morada humana”, e insere as observações de Antônio Candido sobre dependência cultural brasileira aplicada ao campo da arquitetura.



Figura 3 - Livro *Edifício*, Volume 7 dos Cadernos Brasileiros de Arquitetura – Editora Projeto – 1979. Fonte: acervo do autor.

Da morada humana

Não seria possível compreender essa trajetória intelectual, e, por consequência, a compreensão do seu pensamento arquitetônico, se lançássemos sobre o mesmo apenas visadas de um olhar temporal retilíneo, já que o desenvolvimento das suas ideias não segue necessariamente a cronologia das datas em que cada livro ou revista fora publicada, podendo justapor-se ou espaçar-se no tempo.

Daí a importância de estabelecer uma origem dialógica com os estudantes da URGS, e delinear essa “ética da responsabilidade” como um substrato que perdura em sua crítica social. A importância de perceber que a crítica sobre a dependência cultural está na possibilidade de compreensão da obra que Graeff produz nos anos de 1980. É desse período o trabalho de pesquisa feito para o *SPHAN/Pro-Memória*, intitulado: *Oito vertentes e dois momentos de síntese da arquitetura brasileira*.



Figura 4 - Publicação do SPHAN/Pró-Memória sobre o trabalho de pesquisa desenvolvido por Edgar Graeff no Norte de Goiás. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/boletim_32.pdf>.

A escrita perfaz o duplo movimento do preenchimento e da lacuna. E Graeff muitas vezes escreve “cogitando”, perfazendo esse duplo movimento. Como o seu interlocutor primordial é o aluno, permanece em seus escritos uma atmosfera simbólica que ressignifica o comum e transforma seus atributos. Se isso for analisado como um “drama social” (CAVALCANTI, 2013), pode-se admitir na obra de Graeff como um todo, mas, especificamente *Edifício* como um “estado liminal” – a estabelecer maior aprendizagem do sentimento de pertença do que a epistemológica.

Ou seja, há uma dimensão estética em seus escritos. A qual, operando uma cisão liminar sob influência de atmosfera simbólica, instaura, como em *Edifício*, uma *erlebnis* da teoria como papel liminal. Assim, acolhe o outro, porém o faz diferenciando da cesura comum entre teoria e prática: remete à experiência incomum vivida na formação em arquitetura. Inúmeras vezes Graeff declarou, que, embora seja “morada humana”, a arquitetura não é popular.

É interessante, contudo, observar como trabalhou quase obsessivamente em seus escritos para trazer o homem contingente e histórico ao conhecimento arquitetural. Por isso que, a meu ver, a compreensão de sua obra melhor se elabora como organização do sentido. Não que se exclua a lógica da significação. Mas, nos entremeios das “cogitações”, entrelaçada está a sua tese de uma sistemática para o estudo da teoria da arquitetura.

Em *Edifício*, Graeff afirma “a crise, portanto, continua e se agrava. E a arquitetura só poderá recuperar efetivamente seu prestígio na medida em que lhe for dado concentrar suas atenções no planejamento e na construção da *morada do homem*” (GRAEFF, 1979: 71 – grifo do autor). Como diz na parte final do texto *Um arquiteto em solidão*:

Em Lúcio, encontrei o mestre, lâmpada que ilumina um caminho, a bússola que indica uma direção. Com ele eu aprendo e continuo sendo eu mesmo. Com Niemeyer é diferente. A sua luz deslumbra, encanta e absorve. Ela tem feitiço. Ou você sente que a sua fantasia pressiona como um vulcão – e deve fazer-se torre também – ou você não o sente e ao inspirar-se nele copia, plagia, furta. E você se destrói – não dá a sua luz.

É por isso que eu amo a maravilhosa obra desse grande arquiteto e sinto orgulho dela. E é por isso que eu fujo de nela me inspirar – porque quero beber do meu pequeno cálice. (GRAEFF, 1959: 144)

Nessa ideia de “pequeno cálice” Graeff insere mais uma de suas cogitações, no caso, para contrapor à lógica Corbuseana de “escala humana”, permitindo-se a uma “escala” de medida das experiências humanas – as quais na verdade não se pode medir:

Na verdade, o módulo constitui elemento importante da proporção e da escala humana, mas nem aquela e nem esta podem ser definidas apenas por valores extensivos. Julgar, como fazem alguns, que se esgota a questão da escala humana com o simples estabelecimento de um módulo deduzido da estrutura do homem ou de um ou alguns dos seus membros constitui sério equívoco. (GRAEFF, 2006: 46 [1959]).

Como se vê, a “escala” para Graeff não era apenas medidas extensivas, no caso exposto acima, o “módulo” corbuseano seria um “sério equívoco”. Para melhor entender essa escala humana com múltiplos valores para além dos extensivos, Graeff cita uma fala do Príncipe, personagem do livro *Cidadela* de Saint-Exupéry: “eu sempre aprendi a distinguir o importante do urgente. Pois é urgente, na verdade, que o homem se alimente (...) mas o amor e o sentido da vida e o gosto de Deus são mais importantes” (apud GRAEFF, 2006: 27 [1959]).

E assim, são muitas as facetas da “morada humana”, na extensa obra de Graeff, o qual nutriu, até o fim de sua vida, a opinião de que a cidade de Brasília seria um exemplar real disso. Declarou inúmeras vezes isso, chegando a chamar Brasília de “a minha cidade”. Assim viveu o que disse aos seus alunos, na palestra que Xavier assistiu na URGs quanto era seu aluno. Obra de uma vida, e vida de uma obra. Ambos indistintos de sua ética.

Nesta palestra sobre Brasília Graeff utilizou desenhos de Saint-Exupéry para que o estudante/leitor compreendesse que a “escala humana”, bem como a “morada humana” tem diversos matizes de valores. Não se resume apenas à sua forma. Antes, a sua forma expressa o seu conteúdo: “parece fora de dúvida que LUCIO COSTA pretendeu fazer isto e indiscutivelmente o alcançou em elevado grau, assegurando para Brasília, até o fim, um profundo e muito claro conteúdo humano” (1957: 179; 1959: 126; 1979: 38).

Então, podemos entender que o problema das fantasmagorias (GRAEFF, 1979: 70) seria na verdade a morte do humano. Seria a negação do humano, pelo viés da sobreposição tecnicista e formalista: “seu resultado foi a homogeneidade de grandes áreas urbanas, suburbanas e populares, mas já totalmente destituídas de falsas utopias da unidade emancipadora da casa brasileira” (MEDRANO e RECAMÁN, 2013 126).

Assim, o formalista esse fantasmagórico desfavor das muitas escalas humanas de valores pelos valores modulares corbuseanos, seria a ausência da “morada humana” e a prevalência do formalismo. Para Graeff, isso ocorreria em projetos cujos programas não tiveram na “consciência” do arquiteto as devidas defrontações entre o técnico e o filosófico. Cujos programas não sintetizaram a “entrada triunfal da vida”:

O conteúdo essencial da cidade é decidido, em última instância, quando o arquiteto é capaz de reconhecer o momento exato em que as relações entre os homens e a cidade já dispensam seu intérprete; quando a técnica e a filosofia, tendo realizado seu ato preparatório, devem curvar-se diante dos homens e deixar a cena livre para a entrada triunfal da vida. É o momento em que devem cessar as cogitações sobre como serão as relações entre os homens e a cidade, para que estas relações se estabeleçam efetivamente num processo de mútuo condicionamento. É no desenvolvimento deste processo que o esqueleto urbano articulado pelo arquiteto vai ganhando as carnes e as cores da vida.

Portanto, utilizando as palavras de Graeff para conceituar arquitetura como “morada humana”, é possível transportarmos tais ideias para pensarmos que o substrato ético que permeia a sua obra é origem, conteúdo e fim de uma entrada triunfal da vida. Onde as linhas da escrita ganham carnes e cores da vida? No “outro” como sentido de uma obra.

Considerações finais

Podemos dizer, que, da crítica social empreendida por Graeff para construir o conhecimento arquitetural, há inúmeros aprendizados, se nos colocarmos diante de seus escritos como estudantes. Se nossa posição diante e suas cogitações e tese for do “outro” que representa o mundo social, nos daremos conta de que estaremos também atestando a sua vasta obra. E, sobretudo, atestando que esse substrato ético é de uma obra sobre ensino de arquitetura como construção do conhecimento arquitetural. Que, sendo um grande crítico do ensino de arquitetura e seus autodidatismos, encontra em seu leitor um sujeito em formação.

Com possíveis respostas às nossas interpelações, a obra de Graeff permanecerá adquirindo contornos de um “tornar-se humano”, se a cada linha escrita o interpelarmos. Se com ele constituirmos os sentidos da “morada humana”, fazendo perdurar a sua obra como uma ética “outra”. Pois, o sentido maior de sua obra de Graeff extrapola oposições essencialistas *versus* formalistas, dizendo como Guimarães Rosa, que, “mestre não é quem ensina, mas quem, de repente, aprende”.

Referências bibliográficas

ARANTES, O. B. F. *Arquitetura simulada*. In: *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, Stúdio Nobel, FAPESP, 1993.

ARANTES, O. B. F. *Arquitetura nova antigamente: o que fazer?* Conversando com um modernista recalcitrante. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 18: 15-22, 1995.

ARTIGAS, J. B. Vilanova. Contribuição para o Relatório sobre ensino de arquitetura UIA/UNESCO-1974. In *Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo, Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA), 1977.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CPA – Comissão de Programação e Avaliação. *Proposta de reformulação de conteúdos e metodologias*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás / Curso de Arquitetura e Urbanismo, 1978.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Drama, ritual e performance em Victor Turner*. In *Revista Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v.03.06: 411–440, novembro, 2013. Disponível em http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano03n06_maria-laura-viveiros-de-castro-cavalcantii.pdf

COSTA, Lucio. *Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: CEUA, 1962.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

FAU/USP. União Internacional de arquitetos UNESCO: *Relatório sobre o ensino de arquitetura no Brasil – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*. Outubro 1974. In obra a história do ensino de arquitetura no Brasil. São Paulo, Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA), 1977.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas, uma arqueologia das ciências humanas*. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2007.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

GRAEFF, Edgar. Brasília, dois caminhos para a arquitetura. In *Revista Brasiliense* nº 13. São Paulo, 1957.

GRAEFF, Edgar. *Arquitetura e o homem*. Belo Horizonte: Edições Escola de Arquitetura. 1959.

GRAEFF, Edgar. *Arquitetura brasileira após Brasília/Depoimentos*. Rio de Janeiro: Edição do IAB/RJ, 1978.

GRAEFF, Edgar. *Cidade utopia*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

GRAEFF, Edgar. *Edifício*. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. São Paulo: Editora Projeto, 1979.

GRAEFF, Edgar. Relações de parceria: cultura e arquitetura. In *Revista MODULO*, edição 61 / novembro de 1980.

GRAEFF, Edgar. Os novos caminhos do ensino de arquitetura na Católica de Goiás. In *Revista Projeto* nº 54, ano 1983, Págs. 40 a 47.

GRAEFF, Edgar. *Goiânia 50 anos*. Goiânia: MEC/SECU, 1985.

GRAEFF, Edgar. Área da arquitetura no universo do conhecimento. In *Revista Projeto* nº 88, ano 1986, págs 75 a 76

GRAEFF, Edgar. *Arte e técnica na formação do arquiteto*. São Paulo: Studio Nobel: Fundação Vilanova Artigas, 1995.

GRAEFF, Edgar. *Uma sistemática para o estudo da teoria da arquitetura*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

MEDRANO, L.; RECAMÁN, L. *Vilanova Artigas: habitação e cidade na modernização brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

PEREIRA, Miguel. *Arquitetura e os caminhos de sua explicação*. São Paulo: Projeto Editores, 1984.

PEREIRA, Miguel. *Arquitetura: cultura, formação, prática e política profissional*. São Paulo: PINI, 2005.

MEDEIROS, Wilton. “É um instante”: da construção do tempo teleológico à construção da perda - emergência do presentismo em Goiás. In *Querências de Derrida: moradas da arquitetura – mover, acolher, cativar*. ROCHA, E. NORONHA, M. (Orgs.). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MEDEIROS, Wilton. *Arquitetura brasileira vista por Edgar Graeff e Miguel Pereira sob os fantasmas do prestígio e da mediocridade*. Apresentação de trabalho no II Colóquio Internacional Arquitetura, Derrida e Aproximações – Espectralidades e fantasmagorias na arquitetura e filosofia. Ilha Grande: UERJ/URGS, 2017. <http://derridaespectralidadesfantasmagorias.blogspot.com/>

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAIA, Luiz. A fase heroica da arquitetura contemporânea brasileira já foi esgotada há alguns anos. In *Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira*. XAVIER, A. (Org.). São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

SOUZA, Jessé. Sobre a temporada de caça a Jessé Souza. In *Revista Fórum*. 2017. Sobre a temporada de caça a Jessé Souza. Acesso em 10/02/2018.

TRINDADE, Jaelson Bitran. *Patrimônio e história: a abordagem territorial*. Revista do Patrimônio, n. 34, 2012.

XAVIER, Alberto (Org.). *Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.